



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
DIREÇÃO-GERAL**

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR (MPM) E A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO/NATAL (PRT 21ª Região/NATAL) PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**, com sede no Setor de Embaixadas Norte, lote 43, Brasília-DF, CEP 70.800-400, inscrito no CNPJ/MF nº 26.989.715/0004-55, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça Militar, Dr. Antônio Pereira Duarte, e pelo Diretor-Geral, Dr. Alexander Jorge Pires; e a **PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO/NATAL** com sede na Rua Poty Nóbrega, 194, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.056-180, inscrita no CNPJ/MF nº 26.989.715/0061-43, neste ato representado pelo Procurador-Chefe, Dr. Luis Fabiano Pereira, com autorização do Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, tendo em vista o que consta do Processo nº 19.03.0000.0007900/2022-50 e em observância às disposições da Lei nº 8666/1993, legislação correlacionada à política pública e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Acordo é a cooperação mútua entre o MPM e a PRT 21ª Região/NATAL para fins de intercâmbio de conhecimento, bem como de ferramentas de investigação e de tecnologias da informação, dentre outras, podendo ocorrer o compartilhamento de espaços, pessoal e equipamentos, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes se obrigam a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

- a) elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- b) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- c) designar, no prazo de 10 dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;
- d) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
- e) acompanhar a execução do presente acordo ou designar servidor para esse fim;
- f) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- h) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- i) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- j) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- k) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011 e da Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes; e
- l) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula única - As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não

cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 24 meses a partir da assinatura ou da publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DO ENCERRAMENTO

O presente acordo de cooperação técnica será extinto:

a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;

b) por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 90 dias;

c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e

d) por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 90 dias, nas seguintes situações:

a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação; e

b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

Os PARTÍCIPES deverão publicar extrato do Acordo de Cooperação Técnica na imprensa oficial, conforme disciplinado no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, deverão ser encaminhadas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF, Órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídicas relacionadas à execução da parceria.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em duas vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos partícipes, na presença das testemunhas signatárias, para que produza seus efeitos legais, em Juízo ou fora dele.

Antônio Pereira Duarte

Luis Fabiano Pereira

Procurador-Geral de Justiça Militar
- Acordo de Cooperação 2 (1253985)

Procurador-Chefe da PRT 21ª Região/NATAL
SEI 19.03.0000.0008070/2022-76 / pg. 2

PLANO DE TRABALHO

Título	Período de Execução	
Acordo de Cooperação entre o MPM e a PRT 21ª Região/Natal.	Início A contar da publicação.	Término 24 meses, prorrogáveis, mediante consenso entre os partícipes.
Identificação do Objeto Concessão de espaço físico pela PRT 21ª Região/Natal (duas salas no edifício-sede da PRT) para a instalação em caráter provisório da Procuradoria de Justiça Militar em Natal/RN, pelo prazo inicial de 24 meses, incluindo o fornecimento de bens de tecnologia da informação, mobiliário e duas vagas de garagem/estacionamento.		
Justificativa da proposição Justifica-se pela necessidade de abrigar provisoriamente a sede da Procuradoria de Justiça Militar em Natal/RN, com a racionalização de despesas e o aproveitamento de materiais e de espaços.		

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O Acordo de Cooperação tem por objetivo a viabilização dos meios necessários para a instalação, em caráter provisório, da Procuradoria de Justiça Militar em Natal/RN, pelo prazo inicial de 18 meses.

Diante do exposto, este Plano de Trabalho visa ilustrar, sucintamente, a forma pela qual será executado o objeto, conforme o que segue:

Objeto	Prazo
Acordo de Cooperação mútua entre o MPM e a PRT 21ª Região/Natal.	Já celebrado.
Objetivo: Concessão de espaço físico pela PRT 21ª Região/Natal para a instalação, em caráter provisório, da Procuradoria de Justiça Militar em Natal, pelo prazo inicial de 24 meses, incluindo bens de tecnologia da informação, mobiliário e duas vagas de garagem.	
Meta:	Especificação:
Inauguração da Procuradoria de Justiça Militar em Natal/RN, em 16/12/2022.	A PRT 21ª Região/Natal disponibilizará para o MPM área física (duas salas no edifício-sede da PRT) para instalação da PJM/Natal com mobiliário, equipamentos de tecnologia da informação e de telefonia, além de rede lógica e demais materiais necessários para o funcionamento inicial da Procuradoria, conforme tratativas já realizadas entre as áreas técnicas e de gestão dos respectivos MP.

APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Brasília-DF, fevereiro de 2023

Gestores:



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO PEREIRA DUARTE, Procurador-Geral de Justiça Militar**, em 06/02/2023, às 17:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDER JORGE PIRES, Diretor-Geral**, em 06/02/2023, às 17:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS FABIANO PEREIRA, Usuário Externo**, em 07/02/2023, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1253985** e o código CRC **EE4E41A1**.

19.03.0000.0008070/2022-76

ASSTEC1253985v12